



Senado pode votar projeto que amplia horário de cartórios

Caso aprovada a proposta, os titulares de cartórios poderão estender o período de oferecimento de serviços, bastando apenas comunicar previamente a decisão ao juiz competente

O Plenário deve votar amanhã projeto que amplia os dias e horários de funcionamento dos cartórios. Na quarta-feira, foi aprovado um requerimento de urgência para a proposta.

Apresentado pela Comissão da Desburocratização, formada no Congresso entre 2016 e 2017 apenas por juristas, o texto permite ao titular de qualquer serviço notarial e de registro ampliar o horário de atendimento. Será exigida apenas prévia comunicação ao juiz competente. Atualmente, a Lei dos Cartórios atribui

ao Poder Judiciário a prerrogativa de estabelecer a jornada de funcionamento do serviço.

O projeto também permite que o profissional realize diligências e atos externos à sede do cartório. Hoje a lei proíbe que o tabelião de notas pratique atos de ofício fora do município para o qual recebeu delegação.

O relator, Lasier Martins, acatou emenda do senador Eduardo Lopes, para deixar claro que a autorização para atos externos refere-se apenas a atos de competência exclusiva do tabelião de notas. **3**



Jonas Pereira/Agência Senado — 21/2/2018

Senadores aprovaram na quarta-feira um requerimento para que o projeto seja analisado com urgência no Plenário

Comissão analisa incentivo a energias renováveis

Empresas do setor elétrico e a indústria do petróleo poderão ser obrigadas a investir em pesquisa e desenvolvimento de fontes alternativas de energia, como a eólica, a solar e a biomassa.

Projeto com esse objetivo está na pauta da Comissão de Meio Ambiente, que se reúne amanhã. O texto analisado é um substitutivo do relator, Hélio José, a uma proposta de Cristovam Buarque.

O projeto contempla ações voltadas a um modelo mais eficaz de geração de energia limpa, que incluem a produção a partir de resíduos e a adoção de medidas de eficiência energética. **4**



Vanderlei Turchio/Eletrosul

A energia eólica é uma das fontes renováveis que poderão ser incentivadas caso o projeto seja aprovado e vire lei

MP que estimula setor automotivo volta a ser discutida amanhã

A medida provisória está na fase de análise prévia pela comissão mista encarregada do tema. O texto institui o Programa Rota 2030 — Mobili-

dade e Logística e baseia-se em incentivos fiscais que somam R\$ 2,1 bilhões para 2019 e R\$ 1,6 bilhão para 2020. Objetivo é aumentar exportações. **3**

Estudante de artes poderá ter entrada gratuita em museu

Alunos de outros cursos, como arquitetura e audiovisual, também poderão ter acesso gratuito aos museus caso seja aprovado projeto que está na Comissão de Educação e Cultura. **2**

Senado pede que STF suspenda prisão de Gurgacz

O Supremo Tribunal Federal recebeu recurso da Advocacia do Senado pedindo que o Plenário da Corte suspenda a prisão do senador Acir Gurgacz até o trânsito em julgado do processo. **4**

Programa sobre Constituinte ouve Rose de Freitas **4**

Colegiado vota investimentos em rodovias **2**



Exposição comemorativa dos 30 anos da Constituição Cidadã

de 22 de outubro a 17 de dezembro
Salão Negro do Congresso Nacional

Mais informações: cn.leg.br/visite



Gerardo Magela/Agência Senado



Museu Nacional, em Brasília: alunos serão futuros mediadores da cultura nos museus, defendem autores do projeto

Universitários poderão ter acesso gratuito a museus

Para obter a gratuidade, é preciso estar matriculado em cursos de artes, museologia, arquitetura, audiovisual, música, design e moda. A comprovação deverá ser feita por carteira estudantil

ESTUDANTES MATRICULADOS EM cursos de artes, museologia, arquitetura, audiovisual, música, design e moda poderão ter entrada gratuita nos museus pertencentes ao Sistema Brasileiro de Museus. É o que estabelece o PLS 49/2014, que pode ser votado amanhã na Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

O projeto modifica o Estatuto dos Museus. Conforme defendem na justificativa os autores da proposta, a se-

nadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) e o ex-senador Inácio Arruda, “a abertura dos museus a esses estudantes é fundamental, pois são eles os futuros mediadores do acesso à cultura comunicada pelos museus, seja como professores, técnicos ou artistas”.

Ideb

Também está na pauta o PLS 194/2016, que obriga escolas públicas de ensino fundamental e médio a exibirem

em local visível os resultados alcançados no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb). O índice mede a qualidade do aprendizado e é usado para definir metas para a melhoria do ensino.

O texto determina que essa informação seja afixada em placa na entrada principal da escola. Também prevê que sejam informados os índices médios do estado e do município onde a escola está localizada.

Rodovias estão na pauta da Comissão de Infraestrutura

A Comissão de Infraestrutura (CI) deverá voltar a reunir-se amanhã para a análise de oito projetos de lei.

Um dos itens vincula a aplicação de investimentos federais em obras e serviços de transporte à comprovação da sua viabilidade econômica (PLS 235/2014). A proposta exclui dessa exigência, porém, as obras necessárias à segurança nacional e as de caráter social.

O projeto também classifica a rodovia BR-319, no Amazonas, como prioritária à integração nacional, devendo merecer alocação prioritária de recursos para a operação. O texto ainda autoriza a restauração da

BR-319 no trecho entre os municípios amazonenses de Humaitá e Careiro.

O relator, senador Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE), também incluiu no texto a reincorporação da BR-235 à malha rodoviária federal, no trecho entre Petrolina (PE) e a divisa dos estados de Pernambuco e Bahia.

O trecho foi transferido para Pernambuco pela Medida Provisória 82/2002. O texto prevê que a reincorporação deverá ser feita em caráter irrevogável e irretratável, mediante termo assinado pelo Ministério dos Transportes e o governo de Pernambuco.



Proposta classifica a BR-319 como prioritária à integração nacional

ELEIÇÕES 2018

Irajá Abreu (PSD-TO)



Senador eleito tocantinense não quer impostos maiores

Irajá Abreu diz que vai trabalhar pelos municípios

Senador eleito pelo Tocantins, Irajá Abreu elencou como algumas de suas principais bandeiras no Senado os trabalhadores e aposentados e o combate à corrupção. Ele pretende continuar o trabalho pelos municípios.

— Pretendo me dedicar ao máximo aos municípios do Tocantins, assim como eu fiz como deputado federal. O municipalismo para mim é uma bandeira muito forte.

Irajá garantiu que vai atuar

contra qualquer aumento de impostos:

— Uma outra condição da qual eu não abro mão é sempre ser contrário ao aumento de impostos ou taxas. É algo que eu jamais poderia defender.

Senador mais jovem já eleito no Brasil, com 35 anos, afirmou que os dois mandatos na Câmara dos Deputados, na sua visão, proporcionaram experiência para o novo cargo.

Irajá é filho da senadora Kátia Abreu (PDT-TO).

Marcelo Castro (MDB-PI)



Representante piauiense vai priorizar a agricultura

Marcelo Castro quer investimentos em saúde

Investimentos em saúde pública e energias renováveis e estímulos à agricultura irrigada são algumas das bandeiras de Marcelo Castro, eleito senador pelo Piauí com mais de 800 mil votos. Natural de São Raimundo Nonato (PI), tem 68 anos e foi ministro da Saúde no governo Dilma Rousseff.

— Uma das minhas prioridades será a saúde pública do Brasil, que é inequivocamente um dos grandes problemas que nós enfrentamos no momento,

ao lado do desemprego e da insegurança — disse Castro, que é deputado federal.

Agora, como senador, vai trabalhar para rever os impostos sobre energias renováveis, como a eólica e a solar.

— Desses impostos não fica nada nos estados produtores, e o Piauí está se notabilizando por ser um dos grandes produtores — sinalizou.

Ele também promete apresentar projetos para estimular a irrigação no Nordeste.

Marcos Rogério (DEM-RO)



Senador eleito é a favor das reformas penal e tributária

Marcos Rogério defenderá família e propriedade

Marcos Rogério foi eleito senador por Rondônia com mais de 320 mil votos — número que representa mais de 24% do total — e promete defender os valores fundamentais da família e da sociedade brasileira, além do direito à propriedade.

O senador eleito também disse que pautará a atuação na defesa de várias reformas, como a penal e a tributária. Para ele, é muito importante também que o Congresso discuta a reforma do Estado,

diminuindo o tamanho dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário.

— As transformações que o Brasil precisa passar pelo Legislativo. Liberar recursos, emendas, convênios, tudo isso é importante, mas, se você não tiver legisladores que se preocupem com o Brasil real, acaba legislando de costas para a sociedade.

Natural de Ji-Paraná (RO), foi eleito deputado federal duas vezes (2010 e 2014).

O Jornal do Senado está publicando diariamente reportagens com cada um dos 54 senadores eleitos em outubro. Eles tomam posse em 2019 para mandatos de 8 anos

Plenário vota alteração de funcionamento de cartório

Serviço pode passar a funcionar em mais dias e em horário expandido, se for aprovado projeto que dá ao titular do cartório permissão para decidir sobre o atendimento, bastando comunicar ao juiz

O PLENÁRIO DEVE votar amanhã o projeto de lei que amplia os dias e horários de funcionamento dos cartórios. Os senadores aprovaram um requerimento de urgência na quarta-feira para analisar a proposta.

O PLS 15/2018 foi apresentado pela Comissão da Desburocratização, composta por juristas e que funcionou no Congresso entre 2016 e 2017. O texto altera a Lei

dos Cartórios (Lei 8.935, de 1994), que atribui ao Poder Judiciário a prerrogativa de estabelecer a jornada de funcionamento do serviço.

A proposta mantém a prerrogativa do Judiciário, mas permite ao titular de qualquer serviço notarial e de registro ampliar o horário de atendimento. O texto exige apenas “prévia comunicação” ao juiz competente.

A proposta traz outra

inovação. A lei em vigor proíbe que o tabelião de notas pratique atos de ofício fora do município para o qual recebeu delegação. O projeto flexibiliza essa determinação, ao permitir que o profissional realize diligências e atos externos à sede do cartório.

Emenda

O relator, Lasier Martins (PSD-RS), acatou uma emenda de Eduardo Lopes (PRB-RJ). A sugestão deixa claro que a autorização para atos externos refere-se apenas aos atos de competência exclusiva do tabelião de notas. O texto proíbe atos de competência de outras classes de notários e registradores.

“Não seria lógico que os tabelionatos de notas, apenas por estarem realizando atos fora da sede da serventia, pudessem invadir a competência própria de outros cartórios”, argumenta Lasier Martins no parecer da proposta.



Comunicação Volkswagen do Brasil

Governo pretende incentivar a atualização tecnológica das montadoras

Comissão mista pode analisar MP sobre setor automotivo

A medida provisória que institui uma nova política industrial para o setor automotivo brasileiro pode ser votada amanhã na comissão mista que analisa o texto. Chamado de Programa Rota 2030 — Mobilidade e Logística, o regime automotivo substituiu o Inovar-Auto, que vigorou entre 2013 e 2017. A MP 843/2018 recebeu 81 emendas.

A votação da MP vem sendo adiada desde agosto. Na quarta-feira, a reunião foi cancelada por ausência do relator, deputado Alfredo Kaefer (PP-PR), que ainda não apresentou parecer.

A nova política vinha sendo discutida pelo governo com o setor desde o ano passado. Assim como a política anterior, o Rota 2030 baseia-se

em incentivos fiscais. Com base em cálculos da Receita, a renúncia prevista é de R\$ 2,1 bilhões para 2019 e R\$ 1,6 bilhão para 2020.

Com os incentivos, o governo pretende ajudar a indústria automotiva a aumentar a competitividade e a capacidade tecnológica para ampliar a exportação de veículos e autopeças.

Como contrapartida, as empresas que aderirem ao programa terão que cumprir requisitos como investimentos em pesquisa e desenvolvimento. O governo afirma que a indústria fará um aporte mínimo de R\$ 5 bilhões por ano em pesquisa.

O presidente do colegiado é o senador Eduardo Amorim (PSDB-SE).



Texto permite que cartórios tenham diferentes horários de atendimento

ELEIÇÕES 2018

Esperidião Amin (PP-SC)



Luís Marcedo/Câmara dos Deputados

Verba para saúde será prioridade do atual deputado

Esperidião Amin volta ao Senado e pede reformas

O deputado Esperidião Amin (PP-SC), eleito senador, disse que trabalhará pela continuidade das reformas políticas e econômicas.

— Certamente apressar a reforma tributária, prosseguir a reforma política e debater um texto honesto para a reforma da Previdência são prioridades.

No âmbito político, ele defendeu a redução do número de partidos. Na avaliação dele, o “excesso” de legendas é um fator que estimula a corrupção.

O senador eleito também disse que vai direcionar sua atuação para a captação de verbas para Santa Catarina.

Segundo ele, o governo federal tem destinado recursos abaixo da média para custear procedimentos médicos de média e alta complexidade na rede hospitalar do estado.

Será a sua segunda passagem pelo Senado. Também já foi prefeito de Florianópolis, governador e está no terceiro mandato de deputado federal.

Chico Rodrigues (DEM-RR)



Divulgação/Efinaldo Moraes

Regulação fundiária é fundamental, diz novo senador

Energia elétrica de Roraima é foco de Chico Rodrigues

Inserir Roraima no Sistema Interligado Nacional, de produção e transmissão de energia, e ligar o estado, por meio rodoviário, à Guiana, são dois dos principais pontos defendidos pelo senador eleito Chico Rodrigues.

— São problemas que enfrentamos há muitos anos e que serão prioridade no início desse mandato.

Sobre a ligação terrestre de Roraima com Georgetown, capital da Guiana, ele expli-

cou que a obra pode facilitar o escoamento da produção do estado e do Brasil para os mercados internacionais por meio do Oceano Atlântico.

Chico Rodrigues falou também da regularização fundiária e do agronegócio.

— Com a questão da regularização fundiária, Roraima terá sua autonomia. Vamos dar um salto na produção de Roraima para atender a Amazônia e os países vizinhos, como Colômbia e Venezuela.

Jorginho Mello (PR-SC)



Pedro França/Agência Senado

Para Mello, é preciso ajudar o pequeno empreendedor

Jorginho Mello quer linha de crédito para empresas

Segundo mais votado na disputa por uma vaga para o Senado por Santa Catarina, com 18% dos votos válidos, Jorginho Mello garante que seu mandato estará a serviço das micros e pequenas empresas do estado. Ele defendeu criação de linhas de crédito pelo BNDES e carga tributária menor para quem empreende.

Natural de Ibicaré (SC), Jorginho dos Santos Mello, 62 anos, é deputado federal. Está no segundo mandato na Câmara,

tendo sido eleito em 2010 e 2014. Também foi deputado estadual por quatro mandatos, entre 1995 e 2011, e vereador em Herval d'Oeste (SC).

— Pelo menos 60% dos empregos formais no Brasil quem mantém é o pequeno e microempresário. O BNDES precisa criar uma linha de crédito sem juros de agiota para que as pessoas possam crescer, melhorar e qualificar o seu negócio. Vou ajudar a fazer uma reforma tributária.

Projeto amplia investimento em energias renováveis

Proposta obriga empresas de energia e de petróleo a investir em pesquisa e desenvolvimento de fontes alternativas como a eólica, a solar e a biomassa. Texto passará ainda por outra comissão

A COMISSÃO DE Meio Ambiente (CMA) deve analisar amanhã o texto substitutivo apresentado a projeto de lei que obriga empresas do setor elétrico e a indústria do petróleo a investir em pesquisa e desenvolvimento de fontes alternativas de energia.

Pelo PLS 696/2015, serão incentivadas as pesquisas de geração elétrica a partir de fontes eólica, solar, biomassa, das marés, de pequenas centrais elétricas e cogeração qualificada.

Os recursos deverão sair do setor de petróleo e gás e das concessionárias do setor energético, que já são contratualmente obrigadas

a destinar verbas às áreas de desenvolvimento e inovação.

O texto contempla ações voltadas a um modelo mais eficaz de geração energética limpa, que incluem geração a partir de resíduos e medidas de eficiência energética.

O senador Cristovam Buarque (PPS-DF) é o autor do projeto, relatado pelo senador Hélio José (Pros-DF), cujo voto é pela aprovação da proposta nos termos de parecer aprovado na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

O projeto também recebeu o aval da Comissão de Ciência e Tecnologia (CCT) e ainda será analisado pela Comissão de Infraestrutura (CI), em deci-

são terminativa. Com isso, se aprovado, poderá ser enviado diretamente à Câmara sem passar pelo Plenário.

Agricultura

A comissão também deve analisar o PLS 353/2017, que estabelece normas sobre agricultura urbana sustentável. A proposição é de Eduardo Braga (MDB-AM) e tem voto favorável da relatora, Regina Sousa (PT-PI).

O projeto define a agricultura urbana sustentável como aquela desenvolvida no modelo de produção orgânico, em imóveis urbanos, públicos ou privados, além da criação de pequenos animais, para consumo próprio, comercialização ou doação.

Na pauta da comissão, também consta o PLS 66/2014, que amplia de 15 para 30 metros as faixas não edificáveis ao longo das águas correntes (mares, rios, riachos e canais) e dormentes (lagos, lagoas, açudes) e das faixas de domínio público das rodovias e ferrovias. O projeto de Paulo Bauer (PSDB-SC) será votado em caráter terminativo, na forma do substitutivo de Valdir Raupp (MDB-RO).



Agricultura urbana sustentável também está na pauta da comissão

Advocacia pede suspensão da prisão de Gurgacz

A Advocacia do Senado apresentou agravo (recurso) ao Supremo Tribunal Federal (STF) pedindo que o Plenário da Corte suspenda a prisão do senador Acir Gurgacz (PDT-RO) até o trânsito em julgado do processo. Ele está cumprindo pena de quatro anos e seis meses, em regime semiaberto (o que lhe permite deixar a prisão durante o dia), por crimes contra o sistema financeiro.

No recurso, os advogados defendem que a prisão antecipada viola a prerrogativa do parlamentar prevista no § 2º do artigo 53 da Constituição,

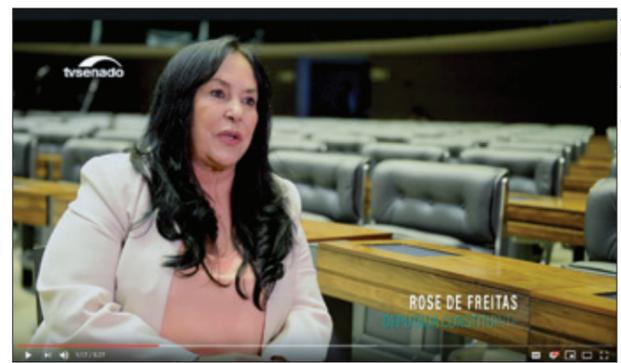
que diz que “desde a expedição do diploma, os membros do Congresso não poderão ser presos, salvo em flagrante de crime inafiançável. Nesse caso, os autos serão remetidos dentro de 24 horas à Casa respectiva, para que, pelo voto da maioria de seus membros, resolva sobre a prisão”.

Conforme o agravo, a prisão foi prematura, pois ainda caberia recurso da defesa do senador ao Plenário do STF após a publicação da decisão da Primeira Turma da Corte. Por isso, teria havido um equívoco na certificação do trânsito em julgado e na expedição do

mandado de prisão.

Além do agravo, os advogados apresentaram petição ao STF informando que o senador tem condições de continuar exercendo suas atividades legislativas no regime semiaberto. A Casa disse ainda possuir mecanismos que possam assegurar a fiscalização das atividades de Gurgacz.

O pedido para a realização de trabalho externo partiu da defesa do senador, que cumpre pena no presídio da Papuda, no Distrito Federal. A solicitação será analisada pelo relator da ação no Supremo, ministro Alexandre de Moraes.



Atual senadora capixaba era uma das 26 deputadas constituintes

Rose de Freitas lembra luta de mulheres na Constituinte

Já está disponível no canal da TV Senado no YouTube o episódio da série *Testemunha da História* com a senadora Rose de Freitas (Pode-ES). O programa também foi exibido pela emissora na sexta-feira. Ela era uma das 26 deputadas constituintes e lembra as principais lutas da bancada feminina no Congresso para garantir direitos fundamentais às mulheres.

Se os primeiros programas da série trouxeram o olhar da imprensa sobre a Assembleia Nacional Constituinte, agora é a vez de quem esteve à frente

das mais importantes decisões e reviravoltas políticas contar o que presenciou nos corredores, Plenário, salas de comissões ou mesmo no cafezinho do Congresso. Cada programa é narrado por um personagem no cenário onde presenciou fatos marcantes daquele momento histórico. Os próximos episódios serão com os deputados constituintes Paulo Paim, Lídice da Mata, Benedita da Silva e o senador constituinte Edison Lobão.

Testemunha da História: <http://bit.ly/RosedeFreitas>

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaLegislativa>



TERÇA

CI Fontes renováveis

9h Entre 8 itens, está o PLS 712/2015, que estabelece meta de participação de fontes renováveis na matriz energética brasileira para 2040.

CE Aprovação automática

11h30 O PLC 127/2017, que proíbe aprovação automática de estudantes, é um dos 17 itens.

CMA Descarte de lixo em local público

11h30 Na pauta de 12 itens, o PLC 169/2017, que reforça a proibição de descarte de lixo em lugares públicos.

MP 843/2018 Setor automotivo

15h Votação de relatório.

CONGRESSO Sessão conjunta

11h Análise de vetos e do PLN 14/2018, que abre crédito para diversos órgãos.

QUARTA

Previsão atualizada às 18h de sexta-feira pela Secretaria-Geral da Mesa e Secretaria de Comissões

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

AUDIÊNCIAS INTERATIVAS



Participe: <http://bit.ly/audienciainterativa>
 • **Alô Senado:** 0800 612211
 • **Acompanhe:** Portal e-Cidadania: senado.leg.br/ecidadania
 • **Facebook:** [senadofederal](https://www.facebook.com/senadofederal) • **Twitter:** [@agencia_senado](https://twitter.com/agencia_senado)
 • **TV:** senado.leg.br/TV

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Eunício Oliveira
Primeiro-vice-presidente: Cássio Cunha Lima
Segundo-vice-presidente: João Alberto Souza
Primeiro-secretário: José Pimentel
Segundo-secretário: Gladson Cameli
Terceiro-secretário: Antonio Carlos Valadares
Quarto-secretário: Zeze Perrella
Suplentes de secretário: Eduardo Amorim, Sérgio Petecão, Davi Alcolumbre e Cidinho Santos

Secretário-geral da Mesa: Luiz Fernando Bandeira
Diretora-geral: Ilana Trombka

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretora: Angela Brandão
Coordenadora-geral: Ana Lucia Romero Novelli
Diretora de Jornalismo: Ester Monteiro

SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

Diretor: Flávio Faria
Coordenador-geral: Sílvio Burre
Coordenação de Cobertura: Paola Lima
Serviço de Reportagem: Sheyla Assunção
Serviço de Fotografia: Leonardo Sá
Serviço de Arte: Bruno Bazílio

Jornal do Senado

Edição e revisão: Fernanda Vidigal, Joseana Paganine, Juliana Steck, Maurício Müller e Pedro Pincer

Diagramação: Beto Alvim, Claudio Portella e Ronaldo Alves

Tratamento de imagem: Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

Circulação e atendimento ao leitor: (61) 3303-3333

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Agência Senado, do **Jornal do Senado**, da Rádio Senado e da TV Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso em papel reciclado pela Secretaria de Editoração e Publicações (Segraf)